



USIMINAS 2025

Manual Para Participação Dos Acionistas E Proposta Da Administração Para Assembleia Geral Ordinária

a ser realizada em 25 de abril de 2025.

ÍNDICE

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL	4
3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO	9
4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL A SER REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2025	11
ANEXO 1 – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	14
ANEXO 3 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL.....	67

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Com o objetivo de facilitar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual Para Participação dos Acionistas e Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia"), a ser realizada, de forma exclusivamente presencial, em 25 de abril de 2025, às 13:00h.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a participar da Assembleia Geral para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (2) Proposta para absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 139.546.679,98, pela conta de Reserva Legal;
- (3) Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026 e complementação do valor da verba global da remuneração dos Administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2024; e
- (4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026, bem como fixação da respectiva remuneração.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado de nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para orientá-los.

2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

2.1. – PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Para fins de melhor organização da Assembleia, solicitamos que os acionistas que pretendam participar da Assembleia Geral, pessoalmente ou por meio de procuradores, enviem, até 13:00hs do dia 23 de abril de 2025 (data que corresponde a dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral), para a sede da Companhia, localizada na Av. do Contorno, 6594, 11º andar, Lourdes, Belo Horizonte – MG, CEP 30110-044, aos cuidados da Diretoria de Governança, cópia dos documentos abaixo relacionados. O acionista poderá também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos abaixo referidos para o seguinte endereço eletrônico: dri@usiminas.com.

2.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

2.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (ex.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia; e
- No caso de Fundos de Investimento: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e a documentação societária que comprove a representação legal do administrador ou gestor (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, o instrumento de procuração, o qual deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada (“Código Civil”), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de

acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e

- Documento de identificação do procurador com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma nos instrumentos de procuração.

2.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, sendo dispensados os procedimentos de apostilamento, notariação e consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia Geral mediante o preenchimento e envio do documento denominado Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), que estará disponível para impressão, separadamente, nos *sites* da Companhia (<http://ri.usiminas.com>), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

O boletim de voto a distância deverá ser recebido no prazo de até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até o dia 21 de abril de 2025 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a esse, for estabelecido pelos custodiantes, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), na qualidade de depositária central das ações de emissão da Companhia, ou pelo Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Bradesco e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Bradesco, observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco até 21.04.2025 - salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido - **durante o horário de expediente bancário local**, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X

Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento do Boletim por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os Boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seus respectivos agentes de custódia deverá observar as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

O acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia até 21.04.2025 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determina o artigo 44 da Resolução CVM nº 81/2022, a Central Depositária da B3, ao receber instruções de voto dos acionistas diretamente ou por meio de seus respectivos agentes de custódia, fará as conciliações necessárias e rejeitará as instruções de voto conflitantes, isto é, aquelas que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ e que, em relação a uma mesma deliberação, tenham votado em sentidos distintos em boletins de voto entregues por meio de prestadores de serviços diferentes.

2.2.3. Por instruções de preenchimento transmitidas ao depositário central das ações de emissão da Companhia

Essa opção também se destina, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pela Central Depositária da B3.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância mediante a transmissão de sua instrução de voto diretamente à B3, na qualidade de depositária central, deverá observar as regras e procedimentos operacionais determinadas pela própria B3 para a coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância.

O acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para a Central Depositária da B3 até 21.04.2025 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido pela B3.

2.2.4. Mediante encaminhamento do Boletim Diretamente à Companhia

Esta opção pode ser utilizada por qualquer acionista da Companhia. Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 a 2.2.3 acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim (que estará disponível para impressão, separadamente, nos *sites* da Companhia, da CVM e da B3), preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com a cópia dos documentos descritos abaixo, (i) para o endereço de *e-mail* **dri@usiminas.com**; ou (ii) para o seguinte endereço postal: Edifício Amadeus Business Tower, na Avenida do Contorno, nº 6.594, 11º andar, Bairro Lourdes, em Belo Horizonte/MG, CEP 30110-044, aos cuidados da Diretoria de Governança:

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (ex.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro ou o apostilamento, notariação ou consularização daqueles emitidos fora do País, sendo exigida, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

O Boletim, acompanhado dos documentos acima indicados, deverá ser recebido pela Companhia até 21.04.2025 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, sobre o seu recebimento e sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, ele será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim

ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

2.2.5. Informações Gerais

A Companhia ressalta que:

- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 21.04.2025, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo durante a realização da Assembleia Geral, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;
- não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia Geral ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da Assembleia Geral, independente da data de envio do Boletim, sendo que caso o acionista aliene ações entre a data de envio do Boletim e a data de realização da Assembleia Geral, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;
- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia Geral; e
- conforme previsto no artigo 49 da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia Geral ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação e o conteúdo do Boletim não tenha sido alterado.

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS
CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”) convocados para se reunirem no dia 25 de abril de 2025, às 13:00 horas, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, situada na Avenida do Contorno, nº 6.594 – auditório, Belo Horizonte/MG, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (2) Proposta para absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 139.546.679,98, pela conta de Reserva Legal;
- (3) Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026 e complementação do valor da verba global da remuneração dos Administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2024; e
- (4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026, bem como fixação da respectiva remuneração.

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente presencial e, para dela participar, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias dos seguintes documentos: (i) documento de identificação com foto; (ii) documentos que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica; (iii) no caso dos acionistas representados por procuração, instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicável; e (iv) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Usiminas solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados à sede da Companhia, ou, alternativamente, para o endereço de e-mail **dri@usiminas.com**, com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia, nos termos do artigo 8º, § 3º, do Estatuto Social.

O acionista também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância, cujo modelo foi disponibilizado no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.usiminas.com/>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br). Neste caso, o boletim de voto a distância devidamente preenchido deverá ser recebido: 1) pelo Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia; 2) por seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; 3) pela B3, na qualidade de depositário central das ações de emissão da Companhia; ou 4) pela própria Companhia. O boletim de voto a distância deverá ser

recebido no prazo de até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até o dia 21 de abril de 2025 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a esse, for estabelecido pelos custodiantes, pela B3, na qualidade de depositária central das ações de emissão da Companhia, ou pelo Bradesco, na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia. Em caso de envio diretamente à Companhia, os acionistas deverão encaminhar o boletim de voto a distância, devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com a cópia dos documentos necessários, (i) para o endereço de e-mail dri@usiminas.com; ou (ii) para o seguinte endereço postal: Edifício Amadeus Business Tower, na Avenida do Contorno, nº 6.594, 11º andar, Bairro Lourdes, em Belo Horizonte/MG, CEP 30110-044, aos cuidados da Secretaria de Governança. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia.

Na forma prevista no artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia considera mais adequada a realização da Assembleia ora convocada de forma exclusivamente presencial, tendo em vista que este formato vem sendo tradicionalmente adotado pela Companhia nos exercícios anteriores, bem como permite um contato mais direto com os acionistas. A Companhia ressalva que os acionistas que não puderem comparecer à Assembleia poderão exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância, observadas as regras e prazos referidos acima.

Os documentos pertinentes às matérias objeto da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br) e da própria Companhia (<http://ri.usiminas.com/>).

Belo Horizonte, 25 de março de 2025.

Alberto Akikazu Ono
Presidente do Conselho de Administração

4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL A SER REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2025

Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81/2022, apresentamos a seguir os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada, de forma exclusivamente presencial, no dia 25 de abril de 2025, às 13:00 horas, em primeira convocação:

4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em conformidade com o artigo 10, *caput* e parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/2022, informamos que os seguintes documentos foram divulgados ao mercado, estando disponíveis nos *websites* da CVM, B3 e de Relações com Investidores da Companhia desde 14.02.2025:

- I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2024;
- II - Parecer dos Auditores Independentes;
- III - Cópia das Demonstrações Financeiras;
- IV - Parecer do Conselho Fiscal;
- V - Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes;
- VI - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- VII - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP; e
- VIII - Parecer do Comitê de Auditoria.

Além disso, disponibilizamos no Anexo 1 ao presente Manual, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência.

4.2. Proposta para absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 139.546.679,98, pela conta de Reserva Legal.

A Companhia submete aos acionistas proposta para absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 139.546.679,98 (cento e trinta e nove milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), pela conta de Reserva Legal.

Como a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2024, não está sendo apresentado o Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022.

4.3. Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026 e complementação do valor da verba global da remuneração dos Administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Em reunião realizada em 13.03.2025, o Conselho de Administração aprovou propor aos acionistas a fixação da remuneração global dos Administradores, para o período até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, no valor de até R\$ 42.972.233,80 (quarenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta centavos). Neste sentido, em conformidade com o artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 2 ao presente Manual, as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência.

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2024 foi de R\$ 41.085.124,00 (quarenta e um milhões, oitenta e cinco mil, cento e vinte quatro reais). O quadro a seguir demonstra o valor efetivamente pago pela Companhia a seus administradores desde a Assembleia Geral Ordinária de 25.04.2024 até o mês de fevereiro de 2025:

	Remuneração Global Paga até o momento (Mai/24-Fev/25)
Conselho de Administração	R\$ 4.659.993,66
Diretoria Estatutária	R\$ 28.190.580,60
Total	R\$ 32.850.574,26

A diferença entre os valores aprovados e os valores efetivamente pagos até fevereiro de 2025 é de R\$ 8,2 milhões. Tal diferença se justifica em função da remuneração global dos administradores ter sido aprovada para o período compreendido entre maio/2024 e abril/2025, e ainda estarem pendentes os meses de março e abril de 2025.

A diferença entre os valores propostos no exercício social anterior e no presente exercício justifica-se pela projeção de inflação para o período.

Além disso, a Administração da Companhia propõe uma complementação no valor de R\$ 702.171,00 (setecentos e dois mil, cento e setenta e um reais) no montante da remuneração global dos administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2024, o qual corresponde a um adicional de 1,7% em relação ao aprovado em tal Assembleia. A necessidade de tal complementação decorreu da superação da projeção de pagamento do Incentivo de Curto Prazo – ICP dos Diretores Estatutários.

4.4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026, bem como fixação da respectiva remuneração.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho Fiscal:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Wanderley Rezende de Souza	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo NSC
Paulo Frank Coelho da Rocha	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo T/T
Sergio Carvalho Campos	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas
Samuel Tadayuki Kaji	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo NSC
Fabio Nogueira Tayar	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo T/T
Leonardo Magalhães Vecchi	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas

Em conformidade com o disposto no artigo 11 da Resolução CVM nº 81/2022 e nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 3 ao presente Manual.

A Companhia propõe que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.

ANEXO 1 – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2. Comentários dos diretores

Os comentários a seguir contêm declarações sobre as tendências que refletem as nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da Administração, devido a diversas questões relacionadas aos negócios da Companhia, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 1, além de outros assuntos descritos neste formulário de referência.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 são consolidadas e devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), aplicáveis às Companhias registradas na Comissão de Valores Mobiliários, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), bem como pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas estão disponíveis no website da Companhia (www.ri.usiminas.com/) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

A Administração utiliza métricas de desempenho para avaliar os negócios tais como o EBITDA Ajustado e a Margem de EBITDA, que podem ser analisadas nos itens 2.1.a) e 2.5 deste formulário de referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2.1.h deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras, de mesma rubrica entre um período e outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Mensagem da Administração

O ano de 2024 apresentou importantes evoluções operacionais, resultado dos investimentos realizados na planta de Ipatinga nos últimos anos. Como resultado, a Usiminas apresentou produção de aço bruto de 3,2 milhões de toneladas, 54% superior ao ano de 2023, representando o segundo maior volume de produção desde o fechamento das áreas primárias de Cubatão em 2015. É válido ressaltar que, diferente dos últimos anos, a Usiminas operou com apenas 2 altos-fornos em Ipatinga, após o desligamento temporário do Alto Forno 1 em dezembro de 2023, deixando ainda mais evidente o nível de eficiência dos equipamentos investidos.

Outro reflexo dos investimentos realizados foram os ganhos de eficiência operacional. O custo dos produtos vendidos por tonelada (CPV/t) de 2024 apresentou redução de 11,5% na comparação com 2023. Quando comparamos importantes indicadores operacionais da Unidade de Siderurgia no 3T24, primeiro trimestre com o alto-forno 3 estabilizado, e no 1T23, trimestre imediatamente anterior à reforma, observamos ganhos de 8% no *fuel rate* e de 13% no *coque rate*, que são os indicadores de consumo de combustível, os mais significativos em termos de custos na produção do aço.

Em relação à demanda, o ano de 2024 apresentou um forte crescimento da demanda aparente por aços planos, que cresceu 9,8%, alcançando 15,7 milhões de toneladas. Esse é o maior patamar desde 2013. Contudo, boa parte dessa demanda não foi suprida pelo aço produzido com mão de obra brasileira. Após aumentar mais de 40% em 2023, o volume de importação de aços planos no Brasil voltou a crescer, subindo 10% em comparação com o ano de 2023, alcançando 3,2 milhões de toneladas, o maior volume de aço

planos importado pelo Brasil desde 2010. Apenas colocando em perspectiva, esse volume representa 83% de todo o volume de aço vendido pela Usiminas no ano de 2024.

Dada a dimensão do problema, foi implementado em junho de 2024 o sistema de cotas para a importação de alguns tipos de aço, medida que se mostrou insuficiente para garantir a isonomia competitiva no Brasil. Adicionalmente, foram iniciadas investigações *anti-dumping* contra a importação de laminados a frio e revestidos, importantes tipos de produtos dentro do portfólio da Companhia. A Usiminas está pronta para competir em um cenário de isonomia e entregar o máximo de valor para seus stakeholders desde que num ambiente concorrencial saudável.

Nesse cenário de forte demanda aparente, mas com intensa competição desleal com o material importado, a Usiminas apresentou robusto crescimento no seu volume de vendas, de 5,8%, alcançando 4,3 milhões de toneladas, segundo maior volume desde 2015. Destaque para as vendas para o mercado interno, que cresceram 7,7%, alcançando 3,9 milhões de toneladas.

Para 2025, a Companhia acredita na resiliência da economia brasileira e robustez no consumo de aço no país. Em linha com as projeções do Aço Brasil, que apontam para crescimento de 1,5% na demanda aparente de aço, apesar da contínua preocupação com a importação de aço no país, visto que o instituto prevê mais um crescimento sequencial de 11,5% nesse indicador. Caso medidas de isonomia comercial sejam implementadas, a Usiminas está pronta para suprir essa demanda com aço competitivo, de qualidade e feito no Brasil com mão de obra brasileira.

Em relação aos principais clientes da Usiminas, as perspectivas também são positivas, destacando a ANFAVEA, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, projetando crescimento na produção de veículos de 7,8%, enquanto a ABINEE, Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, projetando crescimento de 5,0% na produção de Eletrônicos e Utilidades Domésticas.

Contudo, estamos atentos aos potenciais efeitos negativos para a economia e para nossos clientes do cenário atual de inflação e taxa básica de juros elevada, com o Boletim Focus do Banco Central de 07/02/25 projetando uma inflação de 5,58% e taxa SELIC de 15,00% para o ano de 2025. Contudo, o mesmo boletim continua apontando para um cenário positivo de crescimento de PIB, com projeção de crescimento de 2,03% para o ano, mostrando a resiliência da economia do país mesmo em cenário de taxa de juros altas, como visto nos últimos anos.

Em relação aos seus resultados, em 2024 a Usiminas apresentou EBITDA Ajustado Consolidado de R\$1,6 bilhão, redução de 8,3% na comparação com 2023. A variação foi fruto do desempenho mais fraco na Unidade de Mineração, impactado principalmente pelos menores preços internacionais de minério de ferro, assim como pela redução nos volumes de vendas.

Já na Unidade de Siderurgia, o EBITDA Ajustado de R\$1,1 bilhão, crescimento de 31,2% em relação à 2023, reflexo da melhora do CPV/t e volumes de vendas previamente comentados, apesar do cenário adverso de preços.

Em termos de solidez financeira, a Usiminas encerrou o ano com alavancagem e endividamento sob controle, encerrando o período com dívida líquida de R\$937 milhões. Esse valor foi R\$1,0 bilhão superior ao reportado em 31/12/23, refletindo o efeito da desvalorização do real frente ao dólar de 27,9% no período. Ainda assim, a Companhia encerrou o ano com alavancagem controlada, em 0,58x, ante -0,05x em 2023. Outro importante aspecto da robustez do balanço da Usiminas foi sua posição de caixa e equivalente de caixa no final do exercício, finalizando o ano em R\$6,0 bilhões, em linha com a posição de caixa em 2023.

Não menos importante, no ano de 2024, destaca-se a gestão da dívida. Em setembro de 2024, a Usiminas concluiu a 10ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$1,8 bilhão, dividido em 2 séries com vencimentos em 2029, 2030 e 2031. Os spreads sobre o CDI foram os melhores já realizados pela Usiminas no mercado de dívida local. O valor da emissão foi superior ao previsto inicialmente, de R\$1,6 bilhão, e foi integralmente utilizado para quitação de US\$320 milhões de sua dívida em dólar no mercado externo (Bonds), que possuíam vencimento em 2026.

Já em janeiro de 2025, a Usiminas concluiu uma emissão de Bonds, no valor de US\$ 500 milhões, com vencimento em 2032. A demanda alcançou 5 vezes o volume pretendido, e o spread foi o menor já captado pela Companhia. Os recursos serão usados integralmente para recompra dos Bonds com vencimento em 2026 e para fins corporativos gerais. O alongamento do perfil da dívida da Usiminas reforça seu compromisso com a disciplina financeira e gestão do risco de crédito.

Meio ambiente e segurança sempre foram temas prioritários para a Usiminas, e 2024 não foi diferente. Nesse ano, a Usiminas firmou um importante compromisso com o meio ambiente, anunciando seu Plano de Descarbonização, parte da agenda ESG, visando reduzir em 15% as emissões de gases de efeito estufa por tonelada de aço bruto até 2030. O plano inclui quatro eixos principais, com destaque para a eficiência energética e a reforma do alto-forno 3, concluída em 2023.

Ainda em 2024, a Usiminas implementou uma avançada tecnologia de detecção automática de emissões atmosféricas, baseada em inteligência artificial, que utiliza imagens de câmeras existentes para identificar e analisar em tempo real características como duração, opacidade e intensidade das emissões. A nova tecnologia opera 24 horas por dia, estabelecendo um padrão baseado em dados para a gestão de ocorrências ambientais, eliminando critérios subjetivos e reduzindo o risco de falhas no registro de emissões. Sob o aspecto social, a Usiminas iniciou no mês de outubro as obras de reforma na Escola Municipal Everson Magalhães Lage, em Ipatinga, primeira a ser beneficiada pelo programa "Voluntários em Ação". Com um investimento de R\$ 1,7 milhão de recursos próprios, a escola receberá melhorias nas instalações, incluindo reformas de salas, banheiros, refeitório e biblioteca, além de melhorias em acessibilidade e segurança. O projeto busca reformar uma unidade escolar por ano em Ipatinga, criando um ambiente mais adequado e seguro para os alunos. Também no aspecto social, o ano de 2024 marcou o aniversário de 40 anos do Projeto Xerimbabo, recebendo 20 mil visitantes, incluindo 9.200 estudantes de 39 municípios. O evento abordou práticas sustentáveis, como reciclagem e biodiversidade, e apresentou uma réplica da Central de Monitoramento Ambiental. A iniciativa reforça o compromisso da companhia com a educação ambiental e a sustentabilidade.

As boas práticas em sustentabilidade foram reconhecidas, com a Usiminas obtendo um upgrade no seu rating ESG da MSCI, passando de "BB" para "BBB", reafirmando a gestão eficaz da empresa em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, assim como seu compromisso para aprimorar a divulgação de informações nesse campo. Além disso, a Companhia recebeu o Selo Prata da Ecovadis, plataforma global de avaliação de sustentabilidade, superando o Selo Bronze de 2023. O reconhecimento destaca o compromisso da empresa com práticas sustentáveis.

Pelo segundo ano consecutivo, a Usiminas foi listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), sendo a única empresa da indústria do aço presente. Esse reconhecimento reflete o compromisso da Companhia com a sustentabilidade empresarial e o impacto positivo de suas práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, em inglês) nos negócios.

Finalmente, a Usiminas recebeu o Prêmio Automotive Business 2024 na categoria Fornecedor, com o case "Aços AHSS: eficiência energética e segurança na construção automotiva". Os aços AHSS, projetados com microestruturas complexas, oferecem ganhos significativos em eficiência energética, permitindo a redução de peso sem comprometer a segurança. A Usiminas é a principal fornecedora desses materiais na América do Sul e, em 2023, dobrou sua participação nas vendas de produtos AHSS para o setor automotivo, desenvolvendo três novos tipos de aço nessa linha.

O reconhecimento se deve ao trabalho conjunto em atendimento ao cliente, workshops técnicos e desenvolvimento de soluções focadas na excelência operacional e sustentabilidade.

Seguimos acompanhando atentamente as expectativas para a atividade econômica em 2025. Como citamos, as projeções apontam para um crescimento do PIB, e os principais setores consumidores de aço seguem na mesma direção. A Usiminas estará preparada para atender a demanda crescente de seus clientes, contudo, o ciclo de aperto monetário com forte elevação das taxas de juros pode gerar uma desaceleração do crescimento no decorrer do ano. Neste contexto interno desafiador, e com maior instabilidade no comércio

internacional, torna-se ainda mais urgente a implementação de medidas efetivas de defesa comercial em relação às importações de produtos subsidiados que geram uma competição desleal no mercado e reduzem a capacidade da indústria gerar emprego e expandir seus investimentos.

Aproveitamos para agradecer a todos os colaboradores, conselheiros e executivos pelo empenho e engajamento; e aos fornecedores, clientes e acionistas pela confiança e bom relacionamento. Seguiremos mais fortes em 2025!

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2024, o EBITDA Ajustado alcançou R\$1,6 bilhão, 8,3% inferior ao registrado em 2023 (R\$1,8 bilhão). Tal redução concentrou-se na Unidade de Mineração, enquanto a Unidade de Siderurgia apresentou expansão de EBITDA no ano. A margem EBITDA ajustado foi de 6,2%, ante 6,3% em 2023.

No segmento Siderurgia, o EBITDA Ajustado alcançou R\$1,1 bilhão em 2024, 24,0% superior ao registrado em 2023 (R\$875 milhões). As principais variações em relação à 2023 são:

- Redução de R\$2,5 bilhões em Preço/Mix, reflexo dos menores preços praticados no ano;
- Aumento de R\$41 milhões, reflexo dos maiores volumes de vendas;
- Redução do CPV principalmente por menores custos de matérias primas e eficiência em R\$2,9 bilhões pela redução dos preços das commodities parcialmente compensado pelo efeito da desvalorização do real e pela melhor performance dos Alto Fornos e Aciaria;
- Aumento de despesas com vendas, gerais e administrativas e outras de R\$326 milhões, reflexo principalmente dos efeitos não recorrentes reconhecidos em 2023 no valor de R\$309 milhões.

A margem EBITDA Ajustado foi de 4,9% em 2024, ante margem de 3,6% em 2023.

No segmento Mineração, o EBITDA Ajustado de 2024 alcançou R\$437 milhões, representando uma redução de 49,0% em relação a 2023 (R\$857 milhões). A margem do EBITDA Ajustado foi de 14,8% em 2024 (2023: 24,3%).

O Caixa e Equivalente de Caixa Consolidado de R\$6,0 bilhões, em linha com as disponibilidades apresentadas no final do ano anterior.

A dívida bruta consolidada em 31/12/24 era R\$6,9 bilhões, 16,2% superior à dívida bruta em 31/12/23 (R\$6,0 bilhões), com o efeito da desvalorização do real de 27,9% frente ao dólar no período.



A Usiminas encerrou o ano com uma dívida líquida de R\$937 milhões, ante caixa líquido de R\$89 milhões no final de 2023. A variação entre os períodos deve-se, principalmente, pelo efeito da variação cambial na dívida da Companhia.

Em outra a análise, considerando a capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o GA - giro do ativo (receita líquida / ativo médio) atingiu: 0,65 em 2024 e 2023.

	2024	2023
Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total)	3,02	2,83
Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	3,64	3,78
Índice de Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante)	2,09	1,93
Índice de Liquidez Total (Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,49	0,55
Índice de Endividamento - nível de alavancagem (Dívida Líquida/Patrimônio Líquido)	0,04	0,04

A Companhia possui um nível de alavancagem compatível com a sua geração operacional de caixa, apresentando um resultado suficiente para honrar as suas obrigações. É importante destacar que os indicadores de liquidez e endividamento da Companhia são sólidos e apresentam melhoria de performance consistente, e demonstram, a sua capacidade em honrar os seus compromissos, uma vez que os seus ativos superam, substancialmente, seus passivos.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, diminuiu ao longo dos anos de 2024 e 2023. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim demonstrada:

Em milhares de reais

mil	2024	2023
Passivo Total	13.188.102	13.612.314
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	5.953.981	6.009.833
Passivo Total Líquido (A)	7.234.121	7.602.481
Patrimônio líquido (B)	26.683.688	26.549.437
Relação (A) / (B)	27%	29%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao total do passivo circulante e não circulante):

Em milhares de reais

mil	2024	2023
Passivo	13.188.102	13.612.314
Patrimônio líquido	26.683.688	26.549.437
Total do passivo e do patrimônio	39.871.790	40.161.751
Capital de Terceiros (passivo)	33,08%	33,89%
Capital Próprio (patrimônio líquido)	66,92%	66,11%

Nos últimos anos a Companhia apresentou um aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, principalmente em razão do crescimento da Companhia que refletiu no aumento das reservas de lucros, confirmando o equilíbrio de estrutura de capital coerente com as atividades desenvolvidas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um caixa de R\$6,0 bilhões. A sua dívida apresenta um prazo médio de 2,9 anos em 2024 e a concentração da dívida no curto prazo em 2024 é de 3%.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um caixa de R\$6,0 bilhões. A sua dívida apresenta um prazo médio de 3,1 anos em 2023 e a concentração da dívida no curto prazo em 2023 é de 2%.

Perfil da Dívida – Consolidado 31/12/2024



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são: geração de caixa operacional; linhas de bancos de desenvolvimento; empréstimos e financiamentos bancários; e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos para possíveis coberturas de eventuais deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

Em 2024, as Empresas Usiminas possuíam empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$2,7 bilhões, além de R\$4,0 bilhões de debêntures.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As principais operações de financiamentos são:

Em 2023, R\$1,7 milhão referente a diversos contratos de empréstimos de FINAME com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou todo saldo devedor dessas operações.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía, em termos consolidados, o saldo devedor de R\$2,7 bilhões (R\$3,7 bilhões em 2023);

Em 27 de maio de 2022, a Companhia concluiu a operação da 8ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2022. Esta emissão totalizou R\$700 milhões, na qual possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,5% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$300 milhões, cujo vencimento será em 23 de maio de 2027; e CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.400 milhões, cujos vencimentos ocorrerão em 23 de maio de 2028 e em 23 de maio de 2029, sendo pagos 50% em cada amortização. Os recursos obtidos por meio da liquidação das Debêntures foram destinados ao resgate antecipado da totalidade das debentures da 1ª série da 7ª emissão pública.

Em 12 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a operação da 9ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de novembro de 2022. Esta emissão totalizou R\$1,5 bilhão, na qual possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,45% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$160 milhões, cujo vencimento será em 09 de dezembro de 2027; e CDI + 1,65% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$966 milhões, cujos vencimentos ocorrerão em 11 de dezembro de 2028 e em 10 de dezembro de 2029; e CDI + 1,95% a.a. para as debêntures da 3ª série, no montante de R\$374 milhões, cujos vencimentos ocorrerão em 09 de dezembro de 2030, 09 de dezembro de 2031 e em 09 de dezembro de 2032. Os recursos obtidos por meio da liquidação das Debêntures foram destinados ao resgate antecipado da totalidade das debentures da 2ª série da 7ª emissão pública, e o residual ao capital de giro da Companhia.

Em setembro de 2024, a Usiminas concluiu a 10ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$1,8 bilhão, dividido em 2 séries com pagamentos em 2029, 2030 e 2031. Os spreads sobre o CDI foram os melhores já realizados pela Usiminas no mercado de dívida local. Os detalhes dos valores, séries e taxas estão detalhados na tabela abaixo, bem como nos documentos emitidos pela Companhia. O valor da emissão foi superior ao previsto inicialmente, de R\$1,6 bilhão, e foi integralmente utilizado para quitação de US\$320 milhões de sua dívida em dólar no mercado externo (Bonds), que possui vencimento em 2026. A suavização do perfil da dívida da Usiminas reforça seu compromisso com a disciplina financeira e gestão do risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2024 em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$4,0 bilhões (R\$2,2 bilhões em 2023).

	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
FINAME	2,5% a 9,5% a.a	-	1.704
BONDS	5,875%	2.727.120	3.702.676
Debêntures	CDI + 1,50% a	4.041.214	2.211.730
Tributos Parcelados	-	123.061	5.004
Dívida Bruta	-	6.891.395	5.921.114
Caixa e equivalente de caixa + Títulos e valores mobiliários	-	5.953.981	6.009.833
Dívida Líquida	-	937.414	(88.719)

A tabela a seguir evidencia a composição do vencimento da dívida bruta da Companhia em 2024 e 2023:

Escalonamento	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	127.891

2025	177.932	-
2026	2.678.643	3.600.471
2027	485.139	457.472
2028	707.978	682.124
2029 a 2032	2.841.703	1.053.156
Dívida Bruta	6.891.395	5.921.114

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo com instituições financeiras adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, bem como entre as demais obrigações registradas no passivo exigível.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base consolidada:

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento do seguinte índice, calculado em uma base consolidada.

Dívida Líquida / EBITDA ajustado: menor que 3,5x nas medições trimestrais para os Bonds e semestrais (junho e dezembro) para as debêntures.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a medição do referido índice, o qual foi devidamente cumprido.

Em relação aos *covenants* não financeiros, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados:

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía nenhum limite de financiamento pré-contratado ou com percentuais parcialmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Balço Patrimonial nos anos 2024 e 2023 e suas variações

Em milhares de reais

ATIVO	31/12/2024	AV (%) 2024	31/12/2023	AV (%) 2023	Análise Horizontal 2024 x 2023
-------	------------	----------------	------------	----------------	---

Caixa e equivalentes de caixa	5.200.342	13%	5.323.851	13%	-2%
Títulos e valores mobiliários	753.639	2%	685.982	2%	10%
Contas a receber de clientes	3.157.262	8%	3.509.027	9%	-10%
Estoques	7.451.981	19%	7.492.964	19%	-1%
Impostos de renda e contribuição social antecipados	145.332	0%	165.812	0%	-12%
Impostos a recuperar	554.786	1%	555.553	1%	0%
Dividendos a receber	38.524	0%	32.879	0%	17%
Adiantamento a fornecedores	1.649	0%	5.613	0%	-71%
Instrumentos Financeiros	1.045	0%	-	0%	0%
Demais contas a receber	126.358	0%	159.967	0%	-21%
Total do ativo circulante	17.430.918	44%	17.931.648	45%	-3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.258.060	8%	3.100.369	8%	5%
Depósitos judiciais	554.444	1%	514.476	1%	8%
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	376.454	1%	348.073	1%	8%
Impostos a recuperar	1.229.014	3%	1.364.359	3%	-10%
Demais contas a receber	689.387	2%	606.023	2%	14%
Propriedade para Investimentos	151.581	0%	149.550	0%	1%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.442.285	4%	1.303.981	3%	11%
Imobilizado	12.766.827	32%	12.878.818	32%	-1%
Intangível	1.972.820	5%	1.964.454	5%	0%
Total do ativo não circulante	22.440.872	56%	22.230.103	55%	1%
TOTAL DO ATIVO	39.871.790	100%	40.161.751	100%	-1%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	AV (%) 2024	31/12/2023	AV (%) 2023	Análise Horizontal 2024 x 2023
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.971.061	7%	2.623.848	7%	13%
Empréstimos e financiamentos	75.671	0%	103.909	0%	-27%
Debêntures	75.072	0%	18.978	0%	296%
Adiantamentos de clientes	55.777	0%	81.362	0%	-31%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	864.103	2%	1.577.209	4%	-45%
Salários e encargos sociais	370.224	1%	369.758	1%	0%
Tributos a recolher	129.663	0%	180.060	0%	-28%
Tributos parcelados	27.189	0%	5.004	0%	443%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	0%	8.511	0%	-100%

Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	13.548	0%	362.460	1%	-96%
Demais contas a pagar	200.697	1%	183.290	0%	9%
Total do passivo circulante	4.783.005	12%	5.514.389	14%	-13%
Empréstimos e financiamentos	2.651.449	7%	3.600.471	9%	-26%
Debêntures	3.966.142	10%	2.192.752	5%	81%
Valores a pagar a empresas ligadas	27.612	0%	51.780	0%	-47%
Provisão para demandas judiciais	606.059	2%	1.014.223	3%	-40%
Provisão para recuperação ambiental	248.790	1%	290.795	1%	-14%
Benefícios pós-emprego	581.982	1%	774.637	2%	-25%
Demais contas a pagar	323.063	1%	173.267	0%	86%
Total do passivo não circulante	8.405.097	21%	8.097.925	20%	4%
TOTAL DO PASSIVO	13.188.102	33%	13.612.314	34%	-3%
Capital social	13.200.295	33%	13.200.295	33%	0%
Reservas de capital	312.665	1%	312.665	1%	0%
Reservas de lucros	10.487.164	26%	10.626.711	26%	-1%
Ajustes de avaliação patrimonial	(118.337)	0%	(284.021)	-1%	-58%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	23.881.787	60%	23.855.650	59%	0%
Participação dos acionistas não controladores	2.801.901	7%	2.693.787	7%	4%
Total do patrimônio líquido	26.683.688	67%	26.549.437	66%	1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.871.790	100%	40.161.751	100%	-1%

Demonstrações do resultado dos anos 2024 e 2023 e suas variações

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2024	AV (%) 2024	31/12/2023	AV (%) 2023	Análise Horizontal al 2024 x 2023
Receita de bens e serviços	25.869.799	100%	27.638.348	100%	-6%
Custo dos Bens e Serviços	24.209.863	94%	25.850.518	-94%	-6%

Resultado Bruto	1.659.936	6%	1.787.830	6%	-7%
Despesas Receitas operacionais	1.160.360	-4%	-988.394	-4%	17%
Despesas com Vendas	-420.001	-2%	-500.195	-2%	-16%
Despesas Gerais e Administrativas	-651.024	-3%	-634.021	-2%	3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-385.190	-1%	-123.177	0%	213%
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	295.855	1%	268.999	1%	10%
Lucro (prejuízo) operacional	499.576	2%	799.436	3%	-38%
Resultado Financeiro	-595.160	-2%	366.389	1%	-262%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-95.584	0%	1.165.825	4%	-108%
Imposto de Renda e Contribuição Social	98.946	0%	474.543	2%	-79%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.362	0%	1.640.368	6%	-100%

2024 - 2023 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

Em 2024, a receita líquida consolidada foi de R\$25,9 bilhões, 6,2% inferior a 2023 (R\$27,6 bilhões).

No segmento de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$23,6 bilhões, 4,1% inferior ao registrado em 2023 (R\$24,6 bilhões), devido redução de receita líquida/tonelada vendida no ano. A receita líquida/tonelada vendida foi de R\$5.525/t, 9,6% inferior à 2023 (R\$6.114/t). No período, houve queda de 9,8% na receita líquida/tonelada vendida no Mercado Interno e de 7,1% na receita líquida/tonelada vendida no Mercado Externo.

No segmento de Mineração, a receita líquida totalizou R\$3,0 bilhões, inferior em 15,4% quando comparada a 2023 (R\$3,5 bilhões) principalmente em função dos menores preços de minério (preço médio de referência IODEX 62% Fe CFR China registrou variação de -8,7% na comparação 2024: US\$/t 109,4 vs 2023: US\$/t 119,3), menores volumes de vendas em 6,5% na comparação 2024: 8.468Kt vs 2023: 9.055Kt, maiores descontos por diferenciais de qualidade e menor participação das vendas com frete marítimo. Estes fatores foram parcialmente compensados em função da depreciação do real frente ao dólar (variação da taxa média de 7,9%).

Custo dos bens ou serviços vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) em 2024 totalizou R\$24,2 bilhões, 6,3% inferior à 2023 (R\$25,9 bilhões), com redução na Unidade de Siderurgia.

No segmento de Siderurgia, o custo dos produtos vendidos por tonelada foi de R\$5.260/t em 2024. O CPV/t foi 11,5% inferior à 2023 (R\$5.942/t), atingindo R\$22,4 bilhões, 6,3% inferior ao registrado no ano anterior (2023: R\$23,9 bilhões), como reflexo do menor preço das matérias primas utilizadas durante o ano e ganhos de eficiência advindos dos investimentos realizados nos últimos anos.

No segmento Mineração, o custo do produto vendido – CPV totalizou R\$2,5 bilhões em 2024, se mantendo em linha quando comparado com 2023 (R\$2,5 bilhões). Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$289,3/t, um aumento de 6,6% em comparação a 2023 (R\$271,3/t), devido à menor quantidade vendida (2024: 8,5 milhões de toneladas e 2023: 9,0 milhões de toneladas).

Despesas com vendas

As Despesas com vendas em 2024 foram de R\$420 milhões, 16% inferiores à 2023 (R\$500 milhões), com menores despesas com vendas nas Unidades de Siderurgia e Mineração.

No segmento de Siderurgia, as despesas com vendas totalizaram R\$157 milhões, 9,8% inferiores à 2023 (R\$174 milhões), principalmente por menores despesas com distribuição e comissões no período.

No segmento de Mineração, as despesas com vendas, que inclui as tarifas portuárias, totalizaram R\$263 milhões em 2024, uma diminuição de 19,5% em relação a 2023 (R\$327 milhões) em consequência de menores custos portuários das exportações devido a menor tarifa de carregamento no porto e as menores vendas com condição comercial com custos portuários a cargo da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2024 totalizaram R\$651 milhões, 2,7% superiores à 2023 (R\$634 milhões), com maiores despesas na Unidade de Siderurgia. Na Mineração as despesas totalizaram R\$ 52 milhões, se mantendo em linha quando comparado ao ano anterior (R\$ 52 milhões).

No segmento de Siderurgia, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$607 milhões, 2,9% superiores à 2023 (R\$590 milhões), com maiores despesas com pessoal e encargos sociais, parcialmente compensado por menores despesas com serviços de terceiros.

Outras despesas e receitas operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais em 2024 totalizaram R\$385 milhões negativos, despesas 213,0% inferiores à 2023 (R\$123 milhões negativos), com maiores despesas na Unidade de Siderurgia. Na Mineração as despesas apresentaram resultado negativo de R\$90 milhões (2023: R\$155 milhões negativos). A variação entre períodos é principalmente explicada pela constituição de maiores contingências de processos judiciais em 2023.

No segmento de Siderurgia, as despesas foram R\$287 milhões negativas, 326 milhões superiores ao ano anterior (2023: R\$39 milhões positivos), principalmente com a reversão de provisão relacionada a passivo atuarial no valor de R\$532 milhões registrado em 2023, sem efeito similar em 2024. Tal efeito foi parcialmente compensado por menores despesas com equipamentos parados em R\$145 milhões, principalmente com o retorno operacional do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga. Por fim, foram registradas menores despesas com contingências e acordos judiciais no valor de R\$82 milhões, relacionadas a reversão de contingências tributárias pela não incidência de contribuição previdenciária sobre terço de férias ocorridas ao longo de 2024.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2024 foi de R\$595 milhões negativos, R\$962 milhões inferior ao apresentado em 2023 (R\$366 milhões positivos). Esse resultado foi reflexo principalmente de perdas cambiais líquidas de R\$544 milhões registrados no ano, ante ganho cambial de R\$232 milhões em 2023, consequência do efeito da desvalorização de 27,9% do real frente ao dólar registrada no fechamento anual, impactando negativamente os passivos em dólar da Companhia.

FLUXOS DE CAIXA

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas sobre os fluxos de caixa da Companhia.

Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil, exceto %)	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido - atividades operacionais	989.165	4.568.077
Caixa líquido - atividades de investimento	-900.929	-2.674.365
Caixa líquido - atividades de financiamento	-423.371	-775.786
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	211.626	-52.034
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-123.509	1.065.892

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou redução de R\$3,6 bilhões em 2024, alcançando R\$ 989 milhões, uma variação negativa de 78% no período. Essa variação se deve, principalmente, pela redução do capital de giro.

Atividades de investimentos

O caixa consumido nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$1,0 bilhão em 2024. Em 2023 o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$1,3 bilhões. Essa redução de R\$432 milhões foi devida, principalmente, pela diminuição de compras de imobilizado.

Atividades de financiamento

O caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2024 totalizou R\$423 milhões. Em 2023, houve caixa consumido de R\$776 milhões. Essa queda de R\$ 352 milhões foi decorrente, principalmente, da redução no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio na comparação dos períodos.

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada, principalmente, pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Negócio Siderurgia).

A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas receita proveniente da unidade de negócio de Mineração. A receita dessa unidade são geradas principalmente pela venda de minério de ferro por meio da Mineração Usiminas S.A..

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado, principalmente, pela volatilidade do mercado, que influencia no volume vendido e nos preços dos produtos, bem como pela oscilação das taxas de câmbio, que podem facilitar na importação de produtos siderúrgicos, comprometendo o seu desempenho comercial.

A seguir estão apresentados os resultados por Unidades de Negócios:

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios

R\$ milhões		Siderurgia	Mineração	Eliminações e ajustes	Consolidado
2024	Receita líquida	23.549	2.960	(640)	25.870
	Mercado interno	21.629	720	(640)	21.709
	Mercado externo	1.920	2.241	-	4.161
2023	Receita líquida	24.622	3.530	(514)	27.638
	Mercado interno	22.279	668	(514)	22.433
	Mercado externo	2.343	2.862	-	5.205

A receita líquida em 2024 alcançou R\$25,9 bilhões, 6,2% inferior à 2023 (R\$27,6 bilhões), principalmente por redução na Unidade de Siderurgia. A distribuição da receita líquida consolidada foi de 84% no mercado interno e 16% no mercado externo.

No segmento de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$23,6 bilhões, 4,1% inferior ao registrado em 2023 (R\$24,6 bilhões), devido redução de receita líquida/tonelada vendida no ano. A receita líquida/tonelada vendida foi de R\$5.525/t, 9,6% inferior à 2023 (R\$6.114/t). No período, houve queda de 9,8% na receita líquida/tonelada vendida no Mercado Interno e de 7,1% na receita líquida/tonelada vendida no Mercado Externo.

No segmento de Mineração, a receita líquida totalizou R\$3,0 bilhões, inferior em 15,4% quando comparada a 2023 (R\$3,5 bilhões) principalmente em função dos menores preços de minério (preço médio de referência IODEX 62% Fe CFR China registrou variação de -8,7% na comparação 2024: US\$/t 109,4 vs 2023: US\$/t 119,3), menores volumes de vendas em 6,5% na comparação 2024: 8.468Kt vs 2023: 9.055Kt, maiores descontos por diferenciais de qualidade e menor participação das vendas com frete marítimo Estes fatores foram parcialmente compensados em função da depreciação do real frente ao dólar (variação da taxa média de 7,9%).

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Volumes de vendas

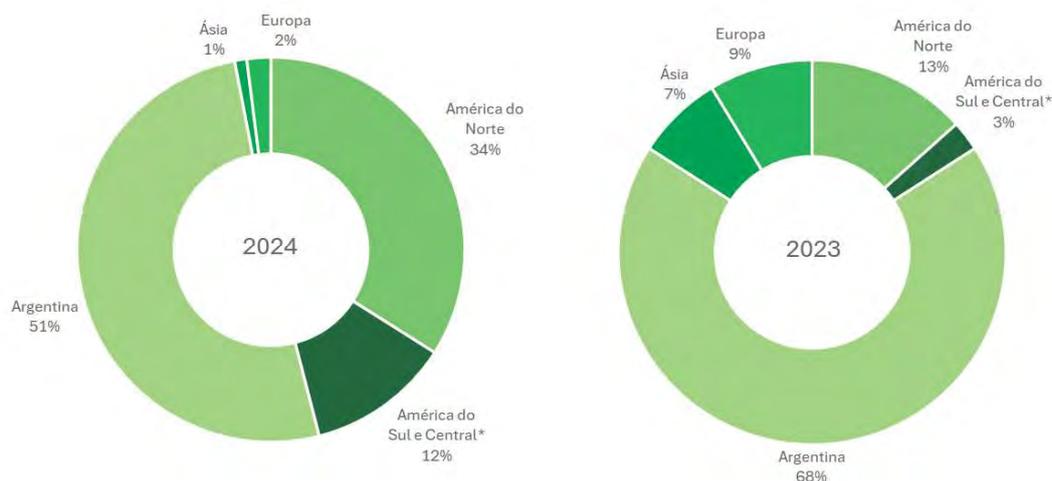
Indicadores	2024	AV (%) 2024	2023	AV (%) 2023	Var. 2024/2023
-------------	------	-------------	------	-------------	----------------

Vendas físicas de aço (t mil)	4.262	100%	4.027	100%	6%
Mercado interno	3.925	92%	3.646	91%	8%
Mercado externo	337	8%	382	9%	-12%
Vendas de minério (t mil)	8.468	100%	9.055	100%	-6%
Mercado interno - para terceiros	669	8%	1.048	12%	-36%
Mercado externo	5.757	68%	6.617	79%	-13%
Mercado interno - Usiminas	2.042	24%	1.391	15%	47%

Em

2024, o volume de vendas totais somou 4,3 milhões de toneladas de aço, 5,8% superior em relação à 2023 (4,0 milhões de toneladas). No mercado interno, as vendas foram de 3,9 milhões toneladas em 2024, 7,7% superior em relação à 2023 (3,6 milhões de toneladas). As exportações em 2024 foram de 337 mil toneladas, 11,7% inferiores à 2023 (382 mil toneladas). O volume de vendas foi 92% destinado ao mercado interno e 8% às exportações (contra 91% e 9% para mercado interno e exportações, respectivamente, em 2023).

Os principais destinos das exportações em 2024 e 2023 foram:



c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Variações no custo das vendas

Na Unidade de Negócio Siderurgia, o cash cost por tonelada foi de R\$4.082/t em 2024. O cash cost por tonelada foi inferior em 15,8% em relação à 2023 (R\$4.849/t). Dentre as principais variações, destacam-se menores custos com placas adquiridas, mão de obra própria e de terceiros e energia e combustíveis. O Custo dos Produtos Vendidos por tonelada foi de R\$5.260/t em 2024. O CPV/t foi 11,5% inferior à 2023 (R\$5.942/t), atingindo R\$22,4 bilhões, 6,3% inferior ao registrado no ano anterior (2023: R\$23,9 bilhões), como reflexo do menor preço das matérias primas utilizadas durante o ano.

Na Unidade de Negócio Mineração, o cash cost total de produção por tonelada de 2023 foi de R\$124,4/t (US\$23,1/t) um aumento de 7,5% em relação a 2023 (R\$115,8/t ou US\$23,2/t), devido a maiores custos com serviços de operação principalmente com transporte interno e maior utilização de material de terceiros na alimentação das plantas. O custo do produto vendido – CPV totalizou R\$2,5 bilhões em 2024, se mantendo em linha quando comparado à 2023 (R\$2,5 bilhões). Em termos unitários, o CPV/t foi de

R\$289,3/t, um aumento de 6,6% em comparação a 2023 (R\$271/3t), afetado pelo aumento do custo de produção.

Variação cambial

Adicionalmente, ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As Empresas Usiminas avaliam as operações de derivativos com o objetivo principal de diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração pode adotar como política, efetuar operações de hedge e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.847.522	1.344.608
Títulos e valores mobiliários	29.298	23.447
Contas a receber	512.005	946.546
Ativos em moeda estrangeira	2.388.825	2.314.601
Empréstimos e financiamentos	(2.727.120)	(3.702.676)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(969.884)	(1.683.193)
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	(762.290)	(938.550)
Passivos em moeda estrangeira	(4.459.294)	(6.324.419)
Exposição líquida	(2.070.469)	(4.009.818)

Em 2024 a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou perda de R\$544,1 milhões. Em 2023 gerou ganho de R\$232,3 milhões.

Variação da taxa de juros

Durante os anos de 2024 e de 2023, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, contratados a taxas variáveis, eram denominados em real (R\$) e dólar (USD). As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2024	%	2023	%
Empréstimos e financiamentos				
Pré-fixada	2.728.475	40	3.704.380	63
CDI	4.041.214	60	2.211.730	37
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.769.689	100	5.916.110	100

Em 2024 e 2023, os juros reais e os efeitos monetários sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, totalizaram despesa no resultado em R\$557 milhões e R\$474 milhões, respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2024	2023
Efeitos monetários ativos, substancialmente, sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	527.532	622.223
Correção monetária dos depósitos judiciais	24.769	28.552
Juros e efeitos monetários sobre empréstimos e debêntures	(557.044)	(474.122)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(544.159)	232.347

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Normas emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024:

IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto
ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas normas adotadas descritas anteriormente. A Companhia está avaliando as mudanças e não espera que a adoção das normas a seguir tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não apresentaram ressalvas, opiniões modificadas e/ou ênfases.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

As Empresas Usiminas estão organizadas em dois segmentos operacionais: siderurgia; e mineração e logística. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no último exercício social.

Em 30 de março de 2023, os membros do Grupo T/T (Ternium Investments S.à r.l., Ternium Argentina S.A., Prosid Investments S.A. e Confab Industrial S.A.) celebraram um contrato de compra e venda de ações com os membros do Grupo NSC (Nippon Steel Corporation, Mitsubishi Corporation e Metal One Corporation), com o consentimento da Previdência Usiminas, acordando a compra, pelo Grupo T/T, após o cumprimento de determinadas condições precedentes, de 68.667.964 ações de emissão da Companhia de propriedade do Grupo NSC ("Operação"). Em 03.07.2023, a Operação foi concluída, tendo sido celebrado, na mesma data, um novo Acordo de Acionistas ("Novo Acordo de Acionistas"), refletindo a nova estrutura de governança considerada consistente com os melhores interesses da Usiminas e com vigência imediata. Em razão da Operação, o Grupo T/T passou a deter uma participação relativa de aproximadamente 61,3% das ações vinculadas ao Novo Acordo de Acionistas, enquanto o Grupo NSC e a Previdência Usiminas passaram a deter cerca de 31,7% e 7,1% de tais ações vinculadas, respectivamente.

c) Eventos ou operações não usuais

2024

(i) Adesão à Lei 17.843/2023 – Transação de Débitos Fiscais ICMS/SP

Em abril de 2024, a Companhia aderiu à transação de débitos de ICMS inscritos em dívida ativa no Estado de São Paulo (Acordo Paulista), prevista na Lei 17.843/2023. Em 31 de maio de 2024, o valor atualizado das provisões de natureza tributária, vinculadas à adesão, totalizava R\$195.213. Desta forma, foram revertidos o montante original de R\$81.931, bem como a atualização monetária de R\$113.282. Adicionalmente, os débitos decorrentes dessa adesão, que totalizaram R\$131.370, foram registrados na rubrica de Tributos parcelados (Nota 24), cujo parcelamento foi efetuado em 60 meses. O efeito líquido dessa operação, considerando a constituição do parcelamento e a baixa das provisões, resultou um ganho de R\$63.843, sendo os montantes de R\$49.439 (despesa) e R\$113.282 (receita) registrados nas rubricas Outras receitas (despesas) operacionais e Resultado financeiro, respectivamente.

(ii) Contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias

Em junho de 2024, houve julgamento e modulação do STF referente à incidência das contribuições previdenciárias e de terceiros sobre o terço constitucional de férias, cujos efeitos dessa modulação foram favoráveis a Companhia. Em decorrência dessa decisão, foram revertidas contingências tributárias previamente constituídas no valor de R\$61.210 na Controladora e de R\$76.534 no Consolidado. Desses montantes, foram revertidos para a rubrica Outras receitas (despesas) operacionais o valor de R\$35.558 na Controladora e de R\$45.102 no Consolidado, além de R\$25.652 na Controladora e de R\$31.433 no Consolidado, como resultado financeiro.

Em setembro de 2024 com base na publicação de acórdão do STF que modulou o referido tema, foram registrados, como impostos a recuperar, os valores de R\$47.750 na Controladora e de R\$66.535 no Consolidado. Esses valores referem-se às contribuições previdenciárias incidentes sobre o terço de férias recolhidos até 31 de agosto de 2020, conforme apresentado na Nota 12. Como contrapartida, no resultado, foram reconhecidos ganhos, os quais foram registrados nas rubricas Outras receitas (despesas)

operacionais, que totalizaram R\$19.278 na Controladora e R\$28.148 no Consolidado, além de R\$28.472 na Controladora e de R\$38.387 no Consolidado, como resultado financeiro.

2023

Reversão de provisão para passivo atuarial:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve a reversão de provisão de passivo do Plano de saúde, totalizando um ganho de R\$532 milhões no resultado do exercício.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis são geralmente definidas como aquelas utilizadas para mensurar desempenho histórico, posição financeira ou fluxos de caixa, porém excluem ou incluem valores que não seriam ajustados nas métricas constantes nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Medições não contábeis não possuem significados padronizados nem definições e podem não ser diretamente comparáveis a medições similarmente adotadas por outras companhias em função de diferenças em como são calculadas.

Este formulário de referência inclui as seguintes medições não contábeis:

EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) mensurado de acordo com a Resolução 156 da CVM, de 23 de junho de 2022: Lucro (Prejuízo) Líquido, Tributos sobre o Lucro, Receitas (despesas) Financeiras Líquidas, mais Depreciação, Amortização e Exaustão.

EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) revertendo o lucro (prejuízo) das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas e os valores reconhecidos de *impairment*.

Margem EBITDA e Margem EBITDA ajustado: mensurado como o EBITDA e EBITDA ajustado dividido pela Receita Líquida do período.

	Valores em R\$ mil	
Demonstração do EBITDA	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA - Resolução CVM 156	1.725.643	1.861.407
Margem EBITDA	6,7%	6,7%
EBITDA ajustado	1.607.774	1.753.768
Margem EBITDA ajustada	6,2%	6,3%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Valores em R\$ mil

Demonstração do EBITDA	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	3.362	1.640.368
Imposto de renda e contribuição social	(98.946)	(474.543)
Resultado financeiro líquido	595.160	(366.389)
Depreciação, amortização e exaustão	1.226.067	1.061.971
EBITDA - Resolução CVM 156	1.725.643	1.861.407
Resultado de equivalência patrimonial	(295.855)	(268.999)
EBITDA das empresas controladas em conjunto (i)	181.606	164.894
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(3.620)	(3.534)
EBITDA ajustado	1.607.774	1.753.768
Margem EBITDA	6,7%	6,7%
Margem EBITDA ajustado	6,2%	6,3%

(i) Empresas ligadas excluídas da consolidação de acordo com a aplicação do CPC 18 (R2).

Em 2024, o EBITDA Ajustado alcançou R\$1,6 bilhão, 8,3%% inferior ao registrado em 2023 (R\$1,8 bilhão). Tal redução concentrou-se na Unidade de Mineração, enquanto a Unidade de Siderurgia apresentou expansão de EBITDA no ano. A margem EBITDA foi de 6,2%, ante 6,3% em 2023.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. A Administração utiliza este indicador para analisar a produtividade e eficiência dos negócios da Companhia.

O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido do exercício, revertendo o lucro (prejuízo) das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas e os valores reconhecidos de *impairment*.

Conforme o CPC 19 (R2) – negócios em conjunto, o EBITDA Ajustado considera a participação proporcional das empresas controladas em conjunto.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

As últimas demonstrações financeiras consolidadas referem-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Evento subsequente divulgado após a emissão das informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Emissão de Bonds

Em 22 de janeiro de 2025, a Administração da Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a sua subsidiária integral, a Usiminas International S.à r.l, precificou, naquela data, a emissão ("Emissão") de senior notes ("Bonds"), no valor principal agregado de US\$500 milhões, com vencimento em 2032 e cupom de 7.500% (taxa: 7,750% a.a.). Os Bonds são total, incondicional e irrevogavelmente garantidos pela Companhia.

Os recursos obtidos com a Emissão foram utilizados na recompra imediata de US\$224 milhões referentes aos Bonds emitidos em 2019, cujo valor total era de US\$430 milhões, com vencimento em 2026 e taxa de juros de 5,875% a.a.. O saldo remanescente de US\$206 milhões dos Bonds, emitidos em 2019, será recomprado até julho de 2025. A operação contribuiu com a extensão do prazo médio da dívida da Companhia. Essa Emissão não foi e não será realizada no Brasil.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório; b) seu saldo não poderá ultrapassar a 95% do capital social; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas a orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou recompra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

Atendidas as destinações referentes à Reserva Legal, Reserva de Investimentos e Capital de Giro e Dividendos, respectivamente, a Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, devendo o remanescente ser distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

a.i. Valores das Retenções de Lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(145.946)	1.390.926
Retenção da reserva legal (5%)	-	(69.546)
Absorção de prejuízos	145.946	-
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.321.380

Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio (25%)	-	(330.345)
Retenções do lucro líquido do exercício		
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	-	(660.690)
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	-	(330.345)
	-	(991.035)
Outras retenções que não transitaram pelo lucro líquido do		
Dividendos prescritos	(1.997)	(73)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	(4.402)	(4.533)
	(6.399)	(4.606)
Total de retenções	-	(995.641)

a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	31/12/202
	3
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	100,00%
Retenção da reserva legal (5%)	5,00%
Absorção de prejuízo	-
Retenções do lucro líquido do exercício	
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	47,50%
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	23,75%
	71,25%
Outras retenções que não transitaram pelo lucro líquido do exercício	0,33%
Total de retenções	71,58%
	31/12/202
	3
Lucro líquido do exercício	100,00%
Retenção da reserva legal (5%)	5,00%
Absorção de prejuízo	-
Retenções do lucro líquido do exercício	
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	47,50%
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	23,75%
	71,25%
Outras retenções que não transitaram pelo lucro líquido do exercício	0,33%

Total de retenções

71,58%

Para o exercício social de 2024, em função do prejuízo, não houve apuração de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei societária, e ajustado na seguinte forma: i) o acréscimo das seguintes importâncias: - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. O valor assim calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes. Os titulares de ações preferenciais recebem dividendos 10% maiores do que os dividendos destinados às ações ordinárias. A constituição de reservas não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

O valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração de capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia distribui dividendos anualmente. O Conselho de Administração da Companhia poderá, ainda, deliberar a distribuição de dividendos à conta de lucro apurado com base em balanço semestral ou em períodos menores levantado pela Companhia.

Além do dividendo obrigatório, a Companhia poderá pagar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intercalares ou intermediários à conta (i) do lucro líquido apurado em demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou referentes a períodos inferiores; (ii) de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual (excluída a reserva legal).

Para o exercício social de 2024, em função do prejuízo, não houve apuração de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Alguns dos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia preveem que, na hipótese de inadimplemento de suas obrigações, a Companhia é obrigada a restringir a pagamento de dividendos ao mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. Não há restrição à distribuição de dividendos impostas por decisões judiciais, administrativas e arbitrais envolvendo a Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de outubro de 2018. O documento pode ser consultado no site www.usiminas.com/ri.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2024 foi a Mineração Usiminas S.A. (MUSA). O contrato entre a Usiminas e a MUSA possui vigência de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2048. Nesse contrato, o compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay* (TOP). Para 2017, foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. Desde 2018, e até o fim de 2021, o volume de TOP anual passou a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 5 de dezembro de 2017. Desde 2022, os compromissos têm sido definidos e negociados entre as partes através de aditamentos anuais ao contrato original.

Em complemento ao volume estabelecido com a MUSA para suprir a sua demanda necessária de minério de ferro, a Usiminas realizou compras regulares com fornecedores terceiros em 2024, principalmente, Bemisa, J&F Mineração, Avante e Vale. Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2024 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$270 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém integralmente do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo ou no mercado à vista (spot) para a compra de carvões e coque metalúrgico importado, além de parte do volume de coque metalúrgico no mercado nacional em 2024. O total correspondente a todas as compras é aproximadamente 2,06 milhões de toneladas. Esses contratos são equivalentes a 100% do volume de carvões e coque metalúrgico previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica de Ipatinga até dezembro de 2024. A compra de carvão para injeção (PCI), antracito e/ou moinha de coque no mercado internacional, estão computados nesses dados. No início de 2024 iniciamos a aquisição de coque verde de petróleo (CVP) através de um contrato de longo prazo, em atendimento a demanda dos próximos 2 anos, de aproximadamente 0,360 Mt.

Dentre os principais fornecedores de carvões e coque metalúrgico no ano de 2024, destacam-se Anglo e Carbones Andinos, os quais são responsáveis por aproximadamente 25% do fornecimento de carvões e coque metalúrgico para a Usiminas no período.

Em 2024, o montante gasto aproximado para as compras de carvões foi de R\$835,4 milhões, e para as compras de coque metalúrgico o valor gasto aproximado foi de R\$1,8 bilhões, além de R\$34,4 milhões referente a compra de CVP.

Em 2024, a Usiminas comprou aproximadamente 1,04 milhões de toneladas de coque metalúrgico, sendo 50 mil toneladas da Austrália, 55 mil toneladas da China, 88 mil toneladas do Japão, 98 mil toneladas dos EUA, 240 mil toneladas da Indonésia e 508,2 mil toneladas da Colômbia, totalizando R\$1,8 bilhões.

Em 2024, foram negociados dois navios de antracito para sinterização, sendo 1 navio de 33kt para embarque em outubro/24 (recebimento novembro/24) e 1 navio de 35kt para embarque em fevereiro/25 (recebimento março/25) no valor total de R\$52,4 milhões.

*Carvão mineral = carvão para coqueria e carvão para injeção (PCI).

**valores FOB sem impostos e sem encargos financeiros, câmbio USD/BRL 5,392 (média 2024).

Contratos de Fornecimento de Energia

Com a participação no parque solar da Canadian Solar, a Usiminas passará a ter uma autoprodução de energia renovável e limpa. Este contrato possui o período de vigência de fornecimento de 2025 a 2039 para um volume médio de 30 MW e é um passo importante em sustentabilidade para a Usiminas. Adicionalmente, os demais contratos de fornecimento de energia possuem diferentes vigências e contrapartes, sendo que aproximadamente 95% (cerca de 165 MW médios) do consumo previsto está contratado até 2025. Em 2026 a Usiminas possui contratado 130 MW médios, o que representa 75% do consumo previsto. Os principais fornecedores são Engie, Santander, Eletrobras, CEMIG, ENEL e Canadian. Os contratos são na modalidade de take or pay (TOP) de 100%, quando há a obrigação de retirada de todo o valor contratado anual. Eventuais excedentes poderão ser revendidos no mercado de energia. Para o período de 2017 a 2030, foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas, com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contratado de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão. Esses contratos totalizam cerca de R\$1,9 bilhões para o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A Usiminas e a COMGÁS celebraram em 13 de maio de 2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado em 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com a previsão de fornecimento de 250.000 m³/dia de gás natural. Desde o encerramento do contrato a Usiminas contrata fornecimentos de curto prazo para cobertura do suprimento. Em 2024 foram gastos R\$225 milhões (valores sem impostos).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A Usiminas e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 850.000 m³/dia. Foi celebrado em 1º de setembro de 2017 e possui renovações automáticas, sendo a renovação atual de 1º de janeiro de 2025 até 30 de junho de 2025, com a previsão de fornecimento de 850.000 m³/dia de gás natural. Em 2024, foram desembolsados R\$836 milhões (valores sem impostos) com gás natural da GASMIG, para o Segundo Semestre de 2025 estamos em negociação a migração para o mercado livre de Gás Natural com a empresa Petrobras.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Companhia possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais (WM) para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas, sendo os mais significativos os contratos de plantas on-site.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em abril de 1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. De acordo com as suas cláusulas, o referido contrato foi renovado por mais 15 anos, portanto com vencimento até dezembro de 2032 com acréscimo de verba, passando o valor fixado do contrato para R\$3,6 bilhões. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da White Martins e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à White Martins por R\$70 milhões. Operação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão, a Usiminas possui vigente um contrato de fornecimento de gases on site para a produção de aço. O contrato foi assinado em julho de 2009 e tem vigência de 23 anos, até junho de 2032, com valor contratual estimado de R\$696,4 MM.

Em Cubatão há um contrato vigente para fornecimento de hidrogênio líquido para a Laminação a Frio com data de vigência até janeiro de 2027. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$20 milhões. O fornecimento ocorre por meio de transporte rodoviário.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, líquidos e gasosos. Este fornecimento já foi licitado duas vezes, sendo que a empresa vencedora White Martins Gases garante o abastecimento desses gases envasados a todas as empresas do grupo. Somando o prazo do primeiro e segundo contrato, resultado das concorrências, a vigência total deste fornecimento com a White Martins é de 10,3 anos. O valor total aproximado de ambos os contratos corporativos é de R\$51,3 milhões, considerando todas as empresas do grupo.

Contrato de Fornecimento de Gás com a Messer Gases

Em Ipatinga há um contrato vigente para fornecimento de hidrogênio líquido para a Laminação a Frio e Unigal, sob gestão da Gerência de Energia e Utilidades, com data de vigência até junho de 2026. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$150,7 MM. O fornecimento ocorre por meio de transporte rodoviário.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A MUSA possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A., assinado em 01 de janeiro de 2011, para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga em Minas Gerais, até os terminais portuários, no Rio de Janeiro, bem como até a Usina de Cubatão, em São Paulo. Este contrato, que tem vigência até 30 de novembro de 2026, foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de take or pay, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, iniciadas em 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado o montante de R\$184,1 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado. Em 31 de dezembro de 2023, este valor equivale a R\$27,6 milhões.

iii. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na MUSA, cujo montante é de R\$158,2 milhões.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia não espera efeitos relevantes com operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras consolidadas que possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Informações mencionadas anteriormente no item 2.8.

2.10) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2024, o volume total de investimentos da Usiminas e das suas controladas (exceto a Unigal) foi de R\$1,1 bilhão, frente ao montante de R\$3,0 bilhões em 2023, representando redução de 67%.

Os investimentos foram aplicados, principalmente, para a instalação de nova planta de moagem e Injeção de PCI e reparo do topo e correlatos da coqueria 2. Os demais investimentos foram feitos em *sustaining*, segurança e meio ambiente. Em 2024, 77% do CAPEX foi aplicado na Unidade de Siderurgia e 23% na Unidade de Mineração.

Na Usiminas, encontram-se em andamento 50 projetos nas áreas industriais. Deste total, 28% referem-se a projetos de *sustaining*, 64% a projetos relativos à segurança, meio ambiente e compliance. Adicionalmente, 8% referem-se aos demais temas de investimentos.

Em 2024, também na Usiminas, foram concluídos 10 projetos industriais destinados, principalmente, a manutenção da capacidade produtiva, segurança do trabalho e meio ambiente. Os projetos concluídos foram:

PROJETOS
Substituição do lavador de gás existente por um único filtro de mangas jato pulsante - EG 11B
Atualização tecnológica dos sistemas de acionamento elétrico da Linha de Inspeção nº2
Sinterização - Adequação SE 5º Centro de Controle
Vulnerabilidades e Hazop do Sistema de Combustíveis – Instrumentação e chama piloto – Laminações e Aciarias
Sinterização - Adequação 3º centro de controle - 1º piso
Aciarias - Área de Preparação de Painelas - Manipulador de Plug Poroso e Válvulas
Fiscalização da Dragagem do Canal de Piaçaguera, Dique C e UDC
Monitoramento contínuo de partículas inaláveis-PM10 e PM 2,5 - bairro das Águas
Redução dos riscos dos equipamentos da usina de Cubatão - NR12 (Etapa 2)
Adequação dos equipamentos da usina de Cubatão à NR12 - Etapa 1

Os investimentos previstos para o ano de 2025, conforme o plano de negócios da Companhia priorizam a manutenção da operação, melhoria da produtividade e adequação das instalações das usinas. Os referidos investimentos visam atender às normas ambientais e de segurança, bem como a implantação de sistemas de automação e de gestão industrial. A Usiminas estima investimentos em CAPEX entre R\$1,4 e R\$ 1,6 bilhão para o exercício de 2025.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação de recursos e de contratar financiamentos de longo prazo para suprir as suas necessidades e as de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos. Atualmente, temos como principal fonte de financiamento operações com mercado de capitais, sendo a maior parte de pagamento de CAPEX realizado com caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos em 2024.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2024, não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes suficientes para influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços avançados de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação;

Desenvolvimento de modelos de previsão da conformabilidade de aços laminados a frio e a quente por meio de inteligência artificial;

Desenvolvimento de aços para a fabricação de estruturas de sustentação de usinas solares, juntamente com a engenharia de aplicação desses produtos;

Desenvolvimento de aços para os setores de construção naval e de máquinas e equipamentos, juntamente com sua engenharia de aplicação;

Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços API;

Desenvolvimento de técnicas de soldagem visando ao aumento da tenacidade de juntas soldadas de peças de segurança destinadas ao setor automotivo

Desenvolvimento de aços com elevada resistência ao desgaste abrasivo, juntamente com sua engenharia de aplicação;

Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços elétricos semiprocessados de alto desempenho para os setores de utilidades domésticas e eletroeletrônicos;

Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte a novos produtos, melhoria dos existentes e à sua aplicação pelos clientes;

Avaliação da fragilização por hidrogênio em aços de alta resistência laminados a frio para a indústria automotiva;

Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços de alta resistência para atender a requisitos de fadiga;

Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços avançados de alta resistência, visando melhorar a previsibilidade do fenômeno de retorno elástico, resistência ao impacto, comportamento dinâmico e conformabilidade.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2024, a Companhia investiu aproximadamente R\$7,26 milhões com as atividades de pesquisa descritas anteriormente.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2024, a Usiminas ampliou seu portfólio de produtos com a conclusão do desenvolvimento de 3 novos aços. 2 destes novos produtos, ambos laminados a frio com revestimento galvanizado a quente, atendem à demanda do setor automotivo, e o terceiro produto foi desenvolvido na linha de chapas grossas, como descrito a seguir.

Laminados a Frio Galvanizados a Quente:

- **USIGAL-GA-BH-140Y270T:** Aço galvanizado a quente com revestimento galvannealed (GA), liga Zn-Fe, que apresenta elevada conformabilidade e capacidade de endurecimento durante cura da pintura, efeito "Bake Hardenable" (BH). Este material desenvolvido para atender a demanda das montadoras em reduzir o peso dos painéis de fechamento dos veículos, através da redução de espessura, mas mantendo ou melhorando a sua rigidez/segurança. Este aço apresenta maior capacidade de conformação de peças mais complexas, devido ao menor valor do limite de escoamento e maior alongamento. Com esse desenvolvimento a Usiminas amplia seu portfólio de aços BH, amplamente utilizado na construção automotiva.

- **USIGAL-GI-BH-280Y380T:** Aço galvanizado com revestimento de Zinco puro (GI), também da classe de aços "Bake Hardenable" (BH), aplicado na produção de painéis de fechamento dos veículos, proporcionando um acréscimo de resistência na peça conformada e pintada, da mesma forma descrita acima para o aço USIGAL-GA-BH-140Y270T. O que diferem estes dois aços é a menor capacidade de conformação e a maior resistência que o aço USIGAL-GI-BH-280Y380Y proporciona. O portfólio mais completo da Usiminas flexibiliza a seleção de materiais pela engenharia de produtos das montadoras, indicando o material ideal em função da característica desejada de cada peça.

Chapas Grossas:

- **SINCRON-WHS-800-T:** Aço desenvolvido para o mercado de chapas grossas de alta resistência, classe de 80 kgf/mm² e espessuras entre 35,00 mm e 76,2 mm. Estes aços são indicados para aplicações estruturais à temperatura ambiente, como implementos rodoviários, implementos agrícolas e equipamentos de mineração, que atualmente são abastecidos através da importação de aço.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme informado no item 2.10 c) ii.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O tema descarbonização tem apresentado crescente relevância para os negócios da Usiminas. Por isso, o Conselho de Administração realiza revisões semestrais do desenvolvimento e da implementação da estratégia de descarbonização. Para garantir um acompanhamento eficaz do progresso e o desdobramento das ações, o Conselho nomeou um Vice-Presidente para supervisionar, trimestralmente, a estratégia de enfrentamento das mudanças climáticas por meio do Comitê de Descarbonização, que conta com a participação de executivos/gestores das áreas de Sustentabilidade, Planejamento Corporativo, Industrial, Engenharia CAPEX, Engenharia Industrial, Meio Ambiente, Jurídico e Pesquisa e Desenvolvimento.

A Companhia também conta com a Diretoria Corporativa de Sustentabilidade, responsável pelo acompanhamento de todos os temas relacionados à agenda de sustentabilidade da Usiminas. A diretoria atua em conjunto com as demais áreas da empresa, com foco em medidas de descarbonização, desempenho das emissões GEE, tendências de mercado, acompanhamento de regulamentações e demais assuntos relevantes para a agenda de combate às mudanças climáticas.

No ano de 2024, a Usiminas divulgou seu Plano de Descarbonização, parte da agenda ESG da Companhia que busca atuar na redução da intensidade de emissões de gases de efeito estufa nas operações de siderurgia. A primeira etapa do plano prevê uma redução, até 2030, de 15% na intensidade de emissões (escopo 1 e 2) por tonelada de aço produzido, considerando os valores obtidos em 2019 como base.

Os esforços direcionados à redução das emissões de gases de efeito estufa tem como pilares de atuação a eficiência energética, aplicação de biomassa em substituição parcial ao carvão mineral, otimização do mix de matérias primas dos processos e maior utilização de energia renovável na matriz energética da empresa.

Um aspecto relevante da estratégia de descarbonização é o papel do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Usiminas, que apoia a avaliação técnica das estratégias e projetos voltados à descarbonização das operações. O Centro de P&D também desempenha papel essencial no desenvolvimento de novos produtos que contribuem para a agenda climática, além de oferecer suporte aos clientes no uso otimizado dos aços Usiminas, promovendo avanços em toda a cadeia produtiva.

Além disso, a Companhia lançou, em 2021, o Programa Sustentabilidade na Cadeia do Aço, com o objetivo de fortalecer o engajamento com seus Clientes e Fornecedores, permitindo uma colaboração mais eficaz com esses públicos. O programa inclui eventos virtuais com fornecedores chave para a estratégia de sustentabilidade da Companhia, abordando temas como mudanças climáticas, inventário de emissões de GEE e sensibilização sobre Diversidade e Inclusão. A agenda de sustentabilidade também foi compartilhada com os clientes da Companhia, e, em 2024, foram realizadas visitas a clientes com foco na apresentação do Plano de Descarbonização.

A Companhia também estabelece diálogos transparentes e internaliza a participação de seus *stakeholders* no engajamento ao desenvolvimento sustentável.

2.11) Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

2024

Não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional.

2023

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado no dia 12/12/23, a Usiminas decidiu pelo desligamento temporário do Alto-Forno nº1 da Usina de Ipatinga tão logo o Alto-Forno nº 3 atingiu um ritmo pré-estabelecido de produção. Com isso, a Companhia busca proporcionar redução de custos e melhoria da competitividade no mercado.

ANEXO 2 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART.13 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022

Item 8 do formulário de referência

8. Remuneração dos Administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A elaboração da verba anual de remuneração dos Administradores (Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração) é prática da Usiminas e tem por objetivo fixar o orçamento e previsibilidade de custos destinados aos administradores. A proposta é elaborada abrangendo os seguintes itens: honorários, encargos, remuneração variável, benefícios (diretos/indiretos e de expatriação para os estrangeiros). Também é analisada a prática salarial de mercado, através de pesquisas periódicas realizadas com consultorias renomadas, para coerência e embasamento da proposta. Posteriormente, esta verba é submetida à avaliação do Comitê de Recursos Humanos e aprovação do Conselho de Administração para posteriormente ser levada para apreciação e votação em AGO.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

A política de remuneração tem como objetivo estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas para a fixação da remuneração adequada, segundo padrões de mercado, dos membros da Diretoria Estatutária.

Além da observância à legislação, normas e regulamentos em vigor, e sujeito em qualquer caso aos melhores interesses da Usiminas, as decisões sobre a remuneração da Diretoria devem ter como premissa: (i) a adoção das práticas de mercado; (ii) a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais stakeholders; (iii) a geração de valor econômico a longo prazo, a fim de evitar conflitos de interesses e manter a perenidade da Companhia; (iv) a contribuição de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria na realização dos objetivos estratégicos da Usiminas.

Para cargos de Diretoria não estatutária os componentes fixos e variáveis são periodicamente revistos no sentido de alinhamento às melhores práticas de mercado vigentes.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A verba dos administradores é elaborada pela Diretoria Corporativa de Gestão de Pessoas, avaliada pelo Comitê de Recursos Humanos e, posteriormente, submetida para aprovação do Conselho de Administração e AGO, onde é deliberada.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

São utilizados os seguintes critérios para elaboração da proposta de verba anual:

- Quantidade de posições para o Conselho de Administração

- Quantidade de posições para a Diretoria Estatutária.
- Remuneração anual – honorários x 12 meses
- Bônus previsto
- Impostos/Encargos
- Benefícios para os elegíveis: carro e motorista, seguro de vida, plano médico e odontológico, previdência privada.
- Benefícios de expatriação: conforme política aprovada no Conselho de Administração.
- Remuneração variável de Longo Prazo: valor previsto + custo de encargos.
- Reserva de emergência.
- Estudos de Mercado são utilizados para comparação das práticas de remuneração, avaliando a competitividade frente à concorrência e embasando a proposta.

Para o Conselho Fiscal, utilizam-se os termos do parágrafo 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, que fixa a remuneração mensal atribuída aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da prática de remuneração do emissor

A remuneração dos administradores é revisada anualmente, com base em elaboração de proposta e pesquisas periódicas de mercado, com consultorias renomadas, para avaliação de práticas salariais.

A proposta é levada para apreciação do Comitê de Recursos Humanos e, posteriormente, ao Conselho de Administração, que examina os itens constantes e submete para aprovação na AGO.

c) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Para o Conselho de Administração: honorários, conforme verba aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável. Para o Presidente do Conselho de Administração são concedidos planos médico e odontológico, como benefícios.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual (fixa e variável) é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano, a qual deverá levar em consideração os padrões de mercado para profissionais com atribuições e responsabilidades semelhantes e a conjuntura econômica vigente.

A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A remuneração variável (Bônus/PLR), tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos relacionados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais.

Desde 2019, a Usiminas pratica o programa de remuneração variável de longo prazo, no qual são outorgadas unidades virtuais aos Diretores Estatutários, com base no patrimônio líquido divulgado, dividido pelo número

de ações de emissão da companhia. A quantidade de unidades virtuais outorgadas para cada Diretor Estatutário é definida conforme regras do programa aprovado no Conselho de Administração em 25 de julho de 2019. Adicionalmente, são concedidos benefícios de automóvel e motorista, planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada, apresentados como benefícios diretos e indiretos (remuneração fixa) nos quadros de remuneração do item 8.2.

Para os cargos de Diretores não estatutários: A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano, acrescida de 13º, férias e adicional de retorno de férias. A remuneração variável (Bônus/PLR), atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia e performance individual, é paga a título de bônus/PLR. Em 2019, a Usiminas implementou um programa de remuneração variável de longo prazo, por meio do qual anualmente são outorgadas unidades virtuais aos Diretores Não Estatutários, com base no patrimônio líquido divulgado, dividido pelo número de ações de emissão da Companhia. A quantidade de unidades virtuais outorgadas para cada Diretor Não Estatutário é definida conforme regras do programa aprovado. Não houve outorga para Diretores Não Estatutários em 2024. Adicionalmente, são concedidos benefícios de planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

	31/12/2024			31/12/2023			31/12/2022		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Bônus / PLR Anual	Remuneração Variável de Longo Prazo	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Bônus Anual	Remuneração Variável de Longo Prazo	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Bônus Anual	Remuneração Variável de Longo Prazo
Diretor Presidente	40,00%	40,00%	20,00%	40,00%	40,00%	20,00%	40,00%	40,00%	20,00%
Diretor Vice-Presidente	42,86%	42,86%	14,28%	42,86%	42,86%	14,28%	42,86%	42,86%	14,28%
Conselhos Administração e Fiscal	100,00%	-	-	100,00%	-	-	100,00%	-	-
Diretoria Não Estatutária	74,63%	25,37%	-	56,00%	32,00%	12,00%	56,00%	32,00%	12,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Remuneração fixa - a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração, Diretores Estatutários e Não Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa a assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários e Não Estatutários) - a metodologia aplicável à remuneração variável de curto prazo (Bônus/PLR) tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-

los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no curto e longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia possui um Programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, no qual o valor do patrimônio líquido do momento da outorga é comparado a um valor futuro (vesting de 3 anos), possuindo uma condição de performance (valor do patrimônio líquido não decrescer em mais de 5% em relação ao momento da outorga) para que haja pagamento.

- principais indicadores de desempenho que são levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtidos através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado, aspectos conjunturais da economia global e são propostos pela área de Planejamento Estratégico da Companhia. São exemplos de indicadores quantitativos: EBITDA, Custo de Produção, ESG Realizações, entre outros. Os indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada Diretor ao resultado de sua área para a Companhia. A remuneração variável de longo prazo disponibiliza ao executivo uma quantidade de unidades virtuais cujo valor da outorga é comparado a um valor futuro (vesting de 3 anos), possuindo uma condição de performance para que haja pagamento (valor do patrimônio líquido não decrescer em mais de 5%).

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que o equilíbrio da remuneração nos componentes fixos e variáveis atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, alinhando os interesses dos executivos e acionistas, reconhecendo os resultados de longo prazo e estimulando a integração e corresponsabilidade pelos resultados e pela perenidade da empresa.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor nas Diretorias Estatutária e Não Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros dos Comitês da Usiminas não recebem remuneração pela participação em tais comitês.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns administradores recebem remuneração de controladores da Companhia, conforme discriminado no item 8.19.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2022

Valores em reais		Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável				Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total	
Órgão	Número de membros	Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros	Bônus (**)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões					Outros
Diretoria Estatutária	6,42	9.471.092,40	4.162.187,93	N/A	N/A	12.714.134,93	N/A	N/A	N/A	N/A	9.914.523,95	N/A	N/A	36.261.939,21
Conselho de Administração	6,92	4.470.986,67	14.898,71	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	4.485.885,38
Conselho Fiscal	5,00	789.258,00	-	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	789.258,00
Total	18,33	14.731.337,07	4.177.086,64	N/A	N/A	12.714.134,93	N/A	N/A	N/A	N/A	9.914.523,95	N/A	N/A	41.537.082,59

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

**Corresponde ao bônus efetivamente reconhecido no exercício de 2022.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2022 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 57,1 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2022 e de 2023, encargos incluídos.

Exercício Social encerrado em 31/12/2023

Valores em reais															
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual			Remuneração Variável						Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total	
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros	Bônus / PLR (**)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (***)					
Diretoria Estatutária	6,08	9.720.769,52	3.987.619,76	N/A	N/A	8.702.559,38	N/A	N/A	N/A	N/A	124.159,00	13.683.333,33	N/A	N/A	36.218.440,99
Conselho de Administração	7,58	4.884.496,67	14.735,80	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.899.232,47
Conselho Fiscal	4,42	791.011,91		N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	791.011,91
Total	18,08	15.396.278,10	4.002.355,56	N/A	N/A	8.702.559,38	N/A	N/A	N/A	N/A	124.159,00	13.683.333,33	N/A	N/A	41.908.685,37

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Corresponde ao bônus efetivamente reconhecido no exercício de 2023.

*** Corresponde a remuneração variável de longo prazo, reconhecido no exercício de 2023.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2023 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 55,9 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2023 e de 2024, encargos incluídos.

Exercício Social encerrado em 31/12/2024

Valores em reais		Remuneração Fixa Anual			Remuneração Variável						Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Benefícios Pós Emprego	Remuneração baseada em ações	Total
Órgão	Número de membros	Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros	Bônus / PLR (**)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (***)				
Diretoria Estatutária	6,00	9.903.533,16	4.830.407,39	N/A	N/A	8.261.537,33	N/A	N/A	N/A	2.977.387,30	N/A	N/A	N/A	25.972.885,18
Conselho de Administração	8,33	4.776.036,23	17.955,20	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.793.991,43
Conselho Fiscal	5,00	825.296,20		N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	825.296,20
Total	19,33	15.504.885,59	4.848.362,59	N/A	N/A	8.261.537,33	N/A	N/A	N/A	2.977.387,30	13.683.333,33	N/A	N/A	31.592.172,81

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Corresponde ao bônus efetivamente reconhecido no exercício de 2024.

*** Corresponde a remuneração variável de longo prazo, reconhecido no exercício de 2024.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2024 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 41,1 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2024 e de 2025, encargos incluídos.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025

Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual			Remuneração Variável						Benefícios Gerados pela Cessaçã do exercício do cargo	Benefícios Pós Emprego	Remuneração baseada em ações	Total	
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros	Bônus/PLR (**)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (***)					
Diretoria Estatutária	6,00	11.544.286,69	5.829.991,16	N/A	N/A	7.633.741,52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5.830.058,26	N/A	N/A	30.838.077,64
Conselho de Administração	8,00	4.702.673,52	60.633.51	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	4.763.307,03
Conselho Fiscal	5,00	962.023,89	-	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	962.023,89
Total	19,00	17.208.984,10	5.890.624,67	N/A	N/A	7.633.741,52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5.830.058,26	N/A	N/A	36.563.408,

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários.

** Corresponde a remuneração varável de curto prazo (Bônus/PLR).

*** Refere-se as reservas e remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração prevista para 2025 será votada em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 25 de abril de 2025 e a remuneração máxima total da Administração será de R\$ 42,9 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2025 e de 2026, encargos incluídos.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Variável paga no ano de 2022

Exercício social encerrado em 31/12/2022	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	6,42	6,92	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	14.206.639	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	9.471.092	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	12.714.135	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do cumprimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável paga no ano de 2023

Exercício social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	6,08	7,58	4,42
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	12.667.586	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	8.445.057	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	8.702.559	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do cumprimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável paga no ano de 2024

Exercício social encerrado em 31/12/2024	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	6,00	8,33	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	13.865.815	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	9.243.877	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	7.541.660	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	6.209.274	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.063.455	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	719.877	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do cumprimento/ superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2025

Exercício social a encerrar em 31/12/2025	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	6,00	8,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	10.848.418	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	6.794.536	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.810.119	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.924.048	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da do cumprimento / superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

b) data de aprovação e órgão responsável

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

c) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

e) condições de aquisição de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

h) forma de liquidação

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2024

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	0	0	0
Usiminas	Ação Preferencial	75.200	0	0

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Número de membros	7,92	5,67	
Número de membros remunerados	0	2	1
Nome do plano	N/A	USIPREV	COSIPREV
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ -	R\$ 2.613.617,04	R\$ 1.383.894,55
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores (*)	R\$ -	R\$ 393.651,70	R\$ 113.363,48
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições (**)	N/A	Nenhum dos Administradores	

(*) Foram consideradas somente as contribuições mensais para os benefícios programados, que foram pagas no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024. As contribuições mensais para benefícios de risco, despesas administrativas e serviço passado não foram consideradas neste levantamento, por se tratar de contas coletivas.

(**) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 8.2.

Valores em reais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Número de membros	6,00	6,08	6,42	8,33	7,58	6,92	5,00	4,42	5,00
Valor da maior remuneração (reais)	5.024.648	17.803.244	17.685.035	2.015.367	1.169.342	1.227.067	165.059	189.422	157.852
Valor da menor remuneração (reais)	2.852.958	2.192.853	2.779.514	378.586	369.600	369.600	165.059	189.422	157.852
Valor médio da remuneração (reais)	4.328.814	5.956.980	5.648.277	575.279	646.337	648.249	165.059	178.962	157.852

Observações:

- O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
- O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária é relativo a um membro que exerceu suas funções na Companhia por 12 meses em 2024.
- O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
- Os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador (Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP)
- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia celebrou contratos de não-competição com alguns administradores, prevendo o pagamento de indenização na hipótese de encerramento do vínculo com a Companhia, como forma de compensação pela obrigação de não concorrer com a Companhia.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores,

diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social previsto (2025)	Exercício social encerrado (2024)	Exercício social encerrado (2023)	Exercício social encerrado (2022)
Conselho de Administração	24%	24%	24%	22%
Conselho Fiscal	40%	40%	48%	40%
Diretoria Estatutária	73%	73%	36%	39%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Órgão	Exercício Social Previsto (2025)	Exercício Social encerrado (2024)	Exercício Social encerrado (2023)	Exercício Social encerrado (2022)
Conselho de Administração	-	R\$ 2.429.722,37	R\$ 1.339.403,27	-
Conselho	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-	-

Não há previsão de valores a serem reconhecidos nos resultados do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, no exercício social de 2025. Não houve valores reconhecidos nos resultados do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Previsão para o Exercício social 2025 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Previsão para o Exercício social 2025 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas (valores convertidos para reais, com a taxa do dólar e do iene de 19/03/2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	33.763.078,11	-	2.272.411,42	36.035.489,53
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

A previsão da remuneração a ser paga pelos controladores deve-se à condição de que alguns membros (efetivos ou suplentes) do Conselho de Administração sejam administradores, funcionários ou colaboradores de determinados controladores, conforme o caso.

Exercício social 2024 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-

Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
--------------------------------------	---	---	---	---

Exercício social 2024 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas (valores convertidos para reais, com a taxa do dólar e do iene de 19/03/2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	45.414.510,74	-	2.125.009,74	47.539.520,48
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

A remuneração paga pelos controladores se deve em razão da condição de alguns membros (efetivos ou suplentes) do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serem administradores, funcionários ou colaboradores de determinados controladores, conforme o caso.

Exercício social 2023 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas (valores convertidos para reais, com a taxa do dólar e do iene de 22/03/2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	37.807.090,93	3.096.704,44	1.877.288,60	42.781.083,97
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

A remuneração paga pelos controladores se deve em razão da condição de alguns membros (efetivos ou suplentes) do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serem administradores, funcionários ou colaboradores de determinados controladores, conforme o caso.

Exercício social 2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum				

Exercício social 2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas (valores convertidos para reais, com a taxa do dólar e do iene de 27/03/2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	25.851.607,99	2.041.812,92	886.661,53	28.780.082,44
Controladas do emissor				

Sociedades sob controle comum				
--------------------------------------	--	--	--	--

A remuneração paga pelos controladores se deve em razão da condição de alguns membros (efetivos ou suplentes) do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serem administradores, funcionários ou colaboradores de determinados controladores, conforme o caso.

8.20. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO 3 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL

Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos:

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. data de nascimento	24/05/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026
i. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2015

<p>I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas</p> <p>Trata-se do próprio emissor.</p> <p>Abr/2018 a Abril 2025</p> <p>Cargo: Membro titular do Conselho Fiscal</p> <p>b) Kepler Weber S.A.</p> <p>Não integra o grupo econômico e nem é controlada pelo emissor.</p> <p>Abr/2019 a Abr/2020</p> <p>Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal</p> <p>c) Jereissati Participações S.A.</p> <p>Não integra o grupo econômico e nem é controlada pelo emissor.</p> <p>Abr/2020 a Abr/2022</p> <p>Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal</p>
<p>m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa

a. nome	Sergio Carvalho Campos
b. data de nascimento	05/03/1960
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	392.964.316-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026
i. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/04/2019
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de	1. Cargos e funções exercidos na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (emissor): i. Membro do conselho fiscal 2. Cargos e funções exercidos na Previdência Usiminas (não faz parte do grupo econômico e é acionista do emissor):

uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	i. Diretor Financeiro
m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. data de nascimento	09/03/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026
i. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	16/03/2014

<p>I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>a) Demarest e Almeida – Prestação de Serviços Não integra o grupo econômico e nem é controlada pelo emissor. Cargo: Sócio</p> <p>b) Cravath, Swaine & Moore Não integra o grupo econômico e nem é controlada pelo emissor. Cargo: Foreign Associate</p>
<p>m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa</p>

- Membros Suplentes:

<p>a. nome</p>	<p>Samuel Tadayuki Kaji</p>
<p>b. data de nascimento</p>	<p>09/08/1974</p>
<p>c. profissão</p>	<p>Advogado</p>
<p>d. CPF ou número do passaporte</p>	<p>032.919.556-50</p>
<p>e. cargo eletivo ocupado</p>	<p>Membro Suplente do Conselho Fiscal (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)</p>
<p>f. data de eleição</p>	<p>25/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)</p>
<p>g. data da posse</p>	<p>28/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)</p>
<p>h. prazo do mandato</p>	<p>Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026</p>

i. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2020
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>a) Nippon Steel América do Sul Ltda. É controlada por acionista do emissor, integrante do seu bloco de controle. Maio/2008 à presente data Cargo: Gerente Geral</p> <p>b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Trata-se do próprio emissor. Abr/2018 à Abr/2020 Cargo: Membro Efetivo do Comitê de Auditoria</p>
m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa

a. nome	Leonardo Magalhães Vecchi
b. data de nascimento	22/04/1963
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	453.969.906-78

e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026
i. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2022
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>a) Previdência Usiminas É acionista do emissor, integrante do seu bloco de controle. Cargo: Diretor de Benefícios</p> <p>b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Trata-se do próprio emissor. Cargo: Coordenador de Gestão de Recursos Humanos</p>
m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
a. nome	Fabio Nogueira Tayar
b. data de nascimento	04/01/1990
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	375.895.498-35
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
g. data da posse	28/04/2025 (sujeito à aprovação da Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026
i. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	25/04/2024
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Associado Sênior nas áreas Societária e M&A do Demarest Advogados. Assessora regularmente grandes empresas do mercado brasileiro e internacional.
m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia e os seus administradores.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

(i) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Samuel Kaji mantém relação de subordinação com o Grupo NSC ocupando o cargo de Gerente Geral da Nippon Steel América do Sul Ltda.

(ii) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Sérgio Carvalho Campos ocupa o cargo de Diretor Financeiro da Previdência Usiminas.

(iii) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Leonardo Magalhães Vecchi ocupa o cargo de Diretor de Benefícios na Previdência Usiminas.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existe relação de subordinação relevante entre os candidatos aos cargos no Conselho Fiscal e fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma das pessoas relacionadas no item acima.